



## CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Arquivo Público Vereador Ivan José Lopes

---

### ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MONTES CLAROS

# FLASH

# 9499

**Presidente da Mesa Diretora:** Cláudio Ribeiro Prates

**Espécie:** Projeto de Lei

**Categoria:** Utilidade Pública

**Autoria:** Maria Helena de Quadros Lopes

**Data:** 09/05/2017

**Descrição Sumária:** PROJETO DE LEI Nº 28/2017. Concede o título declaratório de Utilidade Pública Municipal à “Associação dos Produtores Unidos pela Agricultura Familiar”. (Referente à Lei nº 4.974, de 26/05/2017).

**Controle Interno – Caixa:** 25.13

**Posição:** 04

**Número de folhas:** 05

---

Espécie: P.L  
Categoria: Utilidade Pública  
Cx: 25.13  
Ordem: 04  
Nº folhas: 24

Nº 18/2017



23.05.2017

## Câmara Municipal de Montes Claros

### PROJETO DE LEI Nº 28/2017

AUTOR:

Ver. Maria Helena Lopes

Lei nº 4.974, de 26/05/2017

ASSUNTO:

**Concede Título Declaratório de Utilidade Pública Municipal a  
Associação dos Produtores Unidos Pela Agricultura Familiar.**

### MOVIMENTO

Entrada em 09/05/2017

- 1 - Comissão de Legislação e Justiça.
- 2 -
- 3 - **APROVADO EM REGIME DE URGÊN**
- 4 - **CIA EM 23.05.2017**
- 5 -
- 6 -
- 7 -
- 8 -
- 9 -
- 10 -



# CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Montes Claros, 03 maio de 2017.

*AS COMISSÕES  
09/05/2017*

**28**  
PROJETO DE LEI Nº \_\_\_\_ / 2017.

Concede Título Declaratório de Utilidade Pública .

A Câmara Municipal de Montes Claros-MG aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** Fica considerada de Utilidade Pública Municipal a entidade civil legalmente constituída, sem fins lucrativos, sob a denominação de **“Associação dos Produtores Unidos Pela Agricultura Familiar”**, inscrita no CNPJ sob o nº 20.938.500/0001-86, com sede na fazenda Boqueirão BR 135 Km 29, neste Município de Montes Claros-MG.

**Art. 2º** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Montes Claros, 03 de Maio de 2017.

*M. H. Lopes*  
**Maria Helena Lopes**  
- Vereadora -

PROTOCOLO	
<input type="checkbox"/> EXP.	<input checked="" type="checkbox"/> RECEB.
03 / 05 / 2017	
HORAS 14h20	
ASS: KSR baldreira	

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS  
A COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO  
E JUSTIÇA  
EM 09 DE MAIO DE 2017  
  
PRESIDENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS  
APROVADO EM \_\_\_\_\_ DISCUSSÃO POR  
REGIME DE URGÊNCIA  
EM 23 DE MAIO DE 2017  
\_\_\_\_\_  
PRESIDENTE





# CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

## ASSESSORIA LEGISLATIVA

### **PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº 028/2017 QUE “CONCEDE TÍTULO DECLARATÓRIO DE UTILIDADE PÚBLICA À ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES UNIDOS PELA AGRICULTURA FAMILIAR”, DE AUTORIA DA VEREADORA MARIA HELENA DE QUADROS LOPES.**

Projeto de Lei enviado à Assessoria Legislativa da Câmara Municipal de Montes Claros –MG, para análise de sua constitucionalidade, legalidade e forma técnica de redação.

Não se reconhece nenhum vício de iniciativa no projeto ou mesmo em seu objetivo, até porque tanto a Constituição Federal quanto a Lei Orgânica Municipal permitem que o Município legisle sobre assunto de seu interesse, como no presente caso.

O projeto em questão, bem como a entidade mencionada, conforme documentação juntada, preenchem os requisitos legais exigidos.

Assim sendo, somos de parecer que o projeto em questão é constitucional e legal e atende à forma técnica de redação.

É o parecer, sob censura.

Montes Claros, 10 de maio de 2017.

Luciano Barbosa Braga  
Assessor Legislativo  
OAB/MG 78605



## **Câmara Municipal de Montes Claros - MG**

### **COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO**

**PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº 28/2017**

**AUTOR: Ver. Maria Helena Lopes**

**MATÉRIA: "Concede Título Declaratório de Utilidade Pública Municipal á Associação dos Produtores Unidos pela Agricultura Familiar."**

#### **I- RELATÓRIO**

A proposição foi distribuída à Comissão de Legislação, Justiça e Redação em 18/04/2017, com entrada na Sala das Comissões no dia 24/04/2017.

Compete a esta Comissão, nos termos regimentais, emitir parecer sobre a legalidade, constitucionalidade e forma técnica de redação do projeto.

#### **II – FUNDAMENTAÇÃO**

O presente projeto tem como objetivo conceder título Declaratório de Utilidade Pública Municipal á Associação dos Produtores Unidos pela Agricultura Familiar.

Nos termos do art. 2º do Estatuto, a referida associação tem dentre outras finalidades a de a prestação de quaisquer serviços que possam contribuir para o fomento e racionalização das explorações agropecuárias e/ou não agropecuárias para melhorar as condições de vida da região dos produtores na agricultura familiar.

Assim sendo, verifica-se que a matéria trata de assunto de interesse local, não incide em vício de iniciativa e nem contraria normas legais e/ou constitucionais, tendo em vista que atende os requisitos legais previstos em lei.

#### **III – CONCLUSÃO**

Pelo exposto, esta Comissão conclui pela legalidade e constitucionalidade do referido projeto de lei e que o mesmo atende a forma técnica.

Sala das Comissões, 12 de maio de 2017

Presidente (em exercício): Ver. Martins Lima Filho

Relator: Ver. Wilton Afonso Dias Soares:

Suplente/Presidente – Domingos Edmilson Magalhães